

ATA DA SESSÃO ESPECIAL (SECRETARIA DE SAÚDE) REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA-PB, NO DIA NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos (09) nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Areia-PB, os membros do Poder Legislativo local, a Secretária de Saúde Dra. Edna Guedes da Costa, o ex prefeito da cidade de Areia o Sr. Ademar Paulino de Lima e a sociedade em geral. O Sr. Presidente convidou para compor a mesa a Secretária de Saúde, Sra. Edna Guedes da Costa, o advogado desta Casa Dr. Diogo Theotônio, o Secretário de Infraestrutura o Sr. Carlos Roberto da Silva e o ex prefeito Ademar Paulino de Lima. Informou que nesta sessão só terá direito a se pronunciar a autoridade solicitante e os vereadores. E se alguém desejar questionar algo, terá que solicitar seu direito de resposta em outra sessão. Sequenciando a sessão a Secretária de Saúde Dra. Edna Guedes se pronunciou e informou ter solicitado pauta nesta Casa, pois tem que cumprir a Lei 141 que obriga os gestores públicos a apresentar suas contas e fazer o relatório de quatro em quatro meses de gestão. Informou está cumprindo a lei e agradeceu a todos por abrir esta agenda, uma agenda de responsabilidade da gestão pública. Em seguida fez uma apresentação do relatório da gestão do terceiro quadrimestre referente ao ano de 2016, ou seja, o que irá apresentar é o equivalente a setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016. Todavia, a gestão que se iniciou no mês de janeiro também tem a obrigação de vir a esta Casa e apresentar o primeiro quadrimestre, onde irá pedir novamente pauta nesta Casa. Informou o montante e a fonte de recurso aplicados no terceiro quadrimestre de 2016. Afirmou que no relatório tem a receita para apuração da aplicação e ação de serviços de saúde pública, onde se tem a previsão e as receitas realizadas neste período. A receita de imposto líquida foi de R\$

2.082.188.00 e a receita realizada foi de R\$ 1.111.388,61. Receita de transferência Constitucional Legal foi de R\$ 24.392,026,92 e a receita que foi realizada foi de R\$ 19.472.448.03, onde se teve uma previsão para gasto de R\$ 26.474.214.92 e utilizaram e realizaram R\$ 20.583.836.74. As receitas adicionais financiamento da saúde também se teve uma previsão de R\$ 5.571.681 e receita realizada foi de R\$ 11.312.975.05. O que veio proveniente da União foi R\$ 5.372.096 e o que era para vir proveniente do Estado foi R\$ 136.235.00, mais não veio, que seria o recurso que o estado repassa para o SAMU e nestes quatro meses o estado não repassou nada para o município. Despesas com saúde por grupo de natureza de despesa. Despesa corrente (despesa do custeio de pagar funcionários e despesas do dia a dia), e despesa de capital (despesa de investimento de coisas duráveis, transporte, equipamento etc.). Afirmou que se teve uma dotação de despesa corrente de R\$ 10.654.889 e as despesas liquidas de R\$ 9.496.197.69, ficando para a atual gestão o valor de R\$ 5.515.40, nas despesas de capital não ficou nenhuma despesa a pagar. Despesa com a saúde não computada para fins de apuração do percentual mínimo: despesa com a saúde não computada foi de R\$ 5.740.228.09 e as despesas com as ações e serviços públicos de saúde foi de R\$ 3.792.219.00. Relatou que de acordo com essas informações ver o percentual que o município entra com recursos próprios dentro dos serviços públicos de saúde, pois o mesmo tem obrigação de entrar com no mínimo 15% e nesses quatro meses o município teve de recursos próprios 18,42%. Atenção Básica, atenção MAC que é o recurso que chega para o hospital, a média de alto complexidade, da vigilância em saúde (vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e a vigilância ambiental), a assistência farmacêutica, a gestão do SUS. Onde o Governo Federal entrou com R\$ 3.616.861, o governo estadual não entrou com recurso nenhum e de recursos próprios entrou o valor de R\$ 3.167.951.23 totalizando R\$ 6.784.812.23 e as despesas na atenção básica bateu, pois, o

que entrou de recurso pagou o que se tinha para pagar. Na atenção MAC que é do hospital o Ministério da Saúde entrou com R\$ 1.088.227.06, o estado e o município não entraram com recurso nenhum, onde se tem despesas pagas de R\$ 2.092.639.00, informou que este recurso deveria estar dentro da MAC nos outros períodos dos meses, onde tiraram este recurso e pagaram essas despesas, mas não foi dinheiro dos ultimas quatros meses. Na Vigilância em Saúde o Ministério da Saúde entrou com R\$ 172.076.79, o estado e o município não entraram com recurso nenhum, onde tiveram despesas a pagar menor do que o valor que entrou do governo federal, ou seja, quando recebeu a gestão ainda recebeu uma parte deste recurso nas contas da prefeitura. Assistência Farmacêutica, o Governo Federal enviou R\$ 141.705,20 e o estado e o município não entraram com recursos nenhum, onde as despesas pagas foram de R\$ 479.949.54 justificando os recursos que deveria já ter nos cofres da prefeitura e pagou essas despesas. A gestão do SUS não tiveram recursos nem do Ministério da Saúde, nem do estado e nem do município, não tiveram despesas e não tiveram contas a pagar. O investimento da rede de saúde de serviço R\$ 240.000.00 que foi uma emenda parlamentar que estar na conta da prefeitura que é para comprar equipamento das equipes de saúde, das estratégias de saúde as famílias, onde estão fazendo uma reavaliação das necessidades para começar a aplicar este recurso em prol da melhoria e da qualidade de recursos da saúde na atenção básica. Em seguida informou a oferta que tem de serviço em nosso município. Tipo de estabelecimento que teve nesses quatros últimos meses do ano de 2016. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Consultório, policlínicas, hospital municipal. Porem este quadro estar sendo reestruturado e já houve algumas mudanças na atual gestão, como por exemplo do CAPS, pois na verdade não tinha este serviço e para conseguir reaver o mesmo teve que desabilitar para habilitar novamente dentro dos novos padrões que o ministério da saúde exige.

Afirmou ter uma gestão dupla no município de Areia, ou seja, uma gestão do município junto com o estado, onde os serviços que o município pode ofertar para nossos munícipes é pago com o recurso do município e do ministério da saúde, mas também se tem a parcela do estado, que foi das cirurgias de cataratas que para serem realizados teriam que ter esta gestão dupla. Atenção Básica, grupo de procedimentos, ação de promoção de prevenção e saúde, onde dentro da estratégia de saúde é mais importante prevenir a doença do que tratar a doença, por isso se tem os procedimentos com a finalidade diagnósticas que são os atendimentos do dia a dia dentro das unidades de saúde, dos procedimentos clínicos e também os procedimentos da odontologia, e de toda a equipe de saúde da família; os procedimentos das pequenas cirurgias, e a urgência e emergência que são procedimentos clínicos. Assim como também tem os procedimentos das RHs que são as internações, onde no nosso município tem 37 pagas que são os leitos, pois o valor que vem para o município é um valor fixo de PPI. Atenção ambulatorial especializada, que é no próprio hospital, procedimentos com finalidade diagnósticos, procedimentos clínicos ambulatorial e RHs estão zeradas pois nos quatros meses não teve internações. Informou que para o período destes últimos meses de 2016 não houve ou não foi devidamente informada a produção da atenção psicossocial que seria o CAPS, porem era notório que este serviço não estava funcionando. Procedimentos cirúrgicos na produção ambulatorial especializada e hospitalar e na assistência farmacêutica. Relatório de Indicadores de Saúde da população: são 07 indicadores. O indicador 1 diz a cobertura populacional estimadas pelas equipes da atenção básica que o resultado é de 80%, pois não se tem em Areia uma cobertura de 100%. Informou que tem 08 unidades de saúde da família e podem aumentar para o número de 12 para atingir os 100%. Indicador da saúde bucal também é de 80% podendo ser aumentar para 12, e atingir os 100%. Indicador 12 -

número de unidade de serviços com notificação de violência doméstica sexual e outras violências implantadas, porém só tem o hospital municipal de referência para ser notificado as violências, sexuais e domésticas, precisando avançar. Indicador 25 - proporção de óbito infantis e fetais investigados, não houve óbito e conseqüentemente não houve investigação. Indicador 26 - proporção de óbito materno investigado, não houve óbito e conseqüentemente não houve investigação. Indicador 27 – proporção de óbito de mulheres em idade fértil investigados, não houve óbito e conseqüentemente não houve investigação. Indicador 51 – números absolutos de dengue, porém o nosso município não teve ou não foi notificado nenhum número. Ressaltou que na região do brejo houve morte de dengue e chikungunya e por isso no início da gestão teve que passar o carro fumacê no município de Areia, sabendo que é apenas um paliativo, onde a população tem que fazer seu dever de casa. Informou ter apresentando apenas um resumo das situações que encontrou a pasta de saúde do município. O hospital municipal estava e continua sem internação, pois precisa melhorar, entretanto tem a pretensão de iniciar com 4 leitos, pois se recebe recursos a população merece. Informou que na atenção básica receberam unidades com problemas estruturais (caixa d'água com vazamento) uma rachadura no teto do PSF da Usina. Medicamentos da farmácia básica e material odontológicos insuficientes, mesmo sabendo de uma compra grande que foi feita no final do ano passado, teve que fazer uma compra emergencial de medicamento da atenção básica, e especializada solicitados pelo promotor e pelas pessoas que não tinha condições de comprar, assim como também teve que comprar material odontológico e encontrou equipamentos com defeitos. Perda de recurso por falta de alimentação no sistema como a vigilância em saúde e atenção básica. Pois teve algumas unidades de saúde que teve inconsistência no número dos SENES, seja do estabelecimento ou do

profissional que tinha duplicação do número em mais de um município, e na vigilância de saúde não estava alimentando o sistema, pois os agentes de saúde tem que fazer as visitas domiciliar e alimentar o sistema para poder o recurso vim. E o número reduzido dos agentes de combates a endemias, os quais tem que trabalhar todos os agravos dentro do município de Areia, e por falta de cadastro na época que o ministério da saúde solicitou, a realidade é que hoje temos apenas 09 agentes de endemias todos contratados e dentre desses nove recebe apenas recurso para pagar 08, e o ideal seria 16 para trabalhar pensando em prevenção. Informou que vacina é prevenção, e cerca de 365 crianças menores de 1 ano por tipo de vacina. BCG teve uma cobertura de 24,66 onde tem que ser de 90%. Meningocócica de 50,98% onde tem que ser 95%; Penta e Pneumo a mesma coisa, a poliomielite de 48,77 era para ser de 95%, do mesmo jeito a rota vírus, ou seja, não se está cuidado das crianças do nosso município, pois todos com o índice muito baixo. Sequenciando o Sr. Presidente deixou aberto para o vereador que desejar fazer alguma pergunta. Se pronunciou o vereador Luiz Francisco agradeceu a presença da secretária. Informou que assim que assumiu a presidência desta Casa recebeu um ofício questionando se tinha algum dado nesta Casa sobre o quadrimestre justamente sobre uma audiência a parabenizou por estar de uma forma espontânea pois a mesma sugeriu a data e pediu antecipadamente antes mesmo do presidente o fizesse. Vendo assim compromisso, e o cuidado que teve de estar aqui. Porem diante do que a mesma explanou ficou assustado com a questão das vacinas, pois a meta não exige nem os 100%, afirmou ter ficado assustado com a vacinação da BCG e da Pneumo, e se faz necessário fazer algo para atingir esta meta e se possível supera-la, pois, a prevenção é tudo. Informou a Secretária que no ano passado neste período de fevereiro para março o distrito de Mata Limpa foi uma das maiores vítimas da questão dengue e chikungunya, uma vez que o pessoal da

localidade acumula água nos reservatórios, solicitou que se possível seja realizado um dia D, em Mata Limpa e nos demais distritos. A Secretária informou que a questão do índice da vacina BCG bem mais baixo, é devido a questão da maioria das crianças nascerem em outro município, e geralmente já vem vacinada. Em seguida se pronunciou o vereador Francisco dos Santos afirmou que a Secretária falou sobre os medicamentos, que quando a mesma assumiu era muito resumido, e que ainda não regularizou, pediu uma previsão para regulamentação deste quadro, pois a população precisa saber. Relatou ter tido informação da compra que foi realizada na gestão anterior, que foi pouco e acabou, onde as pessoas tiveram que entrar na justiça. A Secretária informou que para a farmácia básica vem recurso do Ministério da Saúde para compra de medicação, tendo também uma relação que quem fornece é o SEDEMEX vindo do Ministério da Saúde junto com o Governo do Estado, esta medicação é que não se tem na atenção básica. Porém quando o usuário chega, primeiro olha-se na lista da atenção básica, que é obrigação do município ter, quando não tem olha a lista do sedemex, se tiver é feita toda uma orientação para o paciente fazer o cadastro em Campina Grande e ficar pegando normalmente todo mês a medicação, mas, quando não tem em nenhum dos dois lugares é um problema, pois tem que comprar, entretanto para comprar tem que se ter uma justificativa que a deixe acobertada para o tribunal de conta, ai é quando vem a solicitação do promotor ou a determinação do próprio juiz, e este recurso é do tesouro. Informou que nesses dois meses já usou o que equivale para o ano inteiro, ou seja, pode comprar até R\$ 8.000 reais e já comprou sete mil e pouco, não tendo mais cota de comprar emergencialmente o restante do ano. Informou que realmente foi feita uma compra de medicação, onde está com as notas fiscais de empenhos em mãos, e listas de medicações que não tem a assinatura de recebido, pois nem a atual nem a anterior gestão recebeu, mas

foi pago. Relatou que entrou recurso em dezembro de 2015 para ser gasto na atenção básica, só em um repasse entrou R\$ 600.000.00, mais infelizmente não recebeu a medicação na sua totalidade. Relatou ter encontrado dentro da Secretaria de Saúde medicação que veio com nota, para comprovar, mais também encontrou medicação, insumo sem ter notas para fazer a checagem. Afirmou que não tem mais recurso, pois não encontrou os medicamentos e insumos em sua totalidade para a necessidade da população. Em seguida se pronunciou a vereadora Ana Paula disse que em relação a vacina tem conhecimento que muitas não estavam sendo encontradas no terceiro núcleo. Afirmou que a população nunca entendeu nem vai entender a falta de medicação na farmácia. Pediu que a Secretária dissesse quanto vem em dinheiro para compra de medicação para a farmácia básica, e para a compra de medicação do hospital. Uma vez que não se pode utilizar a verba de uma para comprar medicação para outra. A Secretária informou que o valor da farmácia da atenção básica foi apresentado o que veio nesses quatro meses, o hospital não vem específico para a farmácia do hospital, vem dentro do MAC que é o recurso que vem no valor de R\$ 70.000.00 reais mês, e que o mesmo não paga nem a folha dos médicos, porém este valor é para realizar o pagamento dos funcionários, medicação, insumo etc. Informou não estar lembrada do valor que vem para compra de medicamento da farmácia básica, porém ira informar depois. A vereadora Ana Paula informou que como sabem que o recurso não cobre, de onde é que se tira para poder dar continuidade aos serviços, já que falta dinheiro, afirmou que se tira do recurso próprio, e aí vem a questão pois infelizmente não dá para se fazer tudo. Informou que na gestão passada tinha muito problemas com a questão dos usuários, pois muitos se consultavam nos PSFs e no hospital, recebendo a medicação duas vezes, pois é sabido que existe a categoria dos pontogril que vivem diariamente no hospital atrás de receita e remédio.

Disse que se faz necessário colocar um sistema dentro dos PSFs onde aquele usuário vai se consultar o médico tem todas as informações e passa o medicamento, quando o mesmo for para o hospital já estará no sistema e não pega a medicação novamente. A Secretária informou já ter visto esta realidade, porém estão se organizando, uma vez que tem médico nas unidades de saúde PSFs os cinco dias da semana, pois a famosa folga acabou, abrindo assim um acesso das pessoas, pois muitas vezes as mesmas iam atrás de onde a porta estar aberta. Disse que se faz necessário mostrar a população e aos vereadores que também tem a obrigação de conversar e orientar. Disse ter a intenção de implantar o sistema ORUS que é o sistema do ministério da saúde que faz todo este controle de medicação. Informou que saúde não se faz com medicação e sim com prevenção. Relatou ter estado em uma reunião na Universidade, com objetivo de saber como o órgão pode ajudar na questão da saúde, mais ao mesmo tempo estava em uma reunião na EMATER com representante do município de Alagoa Nova, representantes dos professores de veterinária de Areia e os agentes de endemias e com o pessoal da vigilância discutindo plano de ação sobre a Leishmaniose que é um problema sério. Mas sua responsabilidade é evitar. Em seguida se pronunciou a vereadora Nelma Carneiro agradeceu pela iniciativa do carro fumacê ter passado nas ruas de nossa cidade. Disse não ter informação se estar acontecendo nas residências dos Areienses, pois o surto de muriçoca estar muito grande em relação a anos passados e existe a preocupação se no surto de muriçoca vem junto o mosquito da dengue. Aproveitou a oportunidade e questionou a Secretária quantos agentes de saúde tem em nosso município, e quantas áreas estão descobertas e se existe a possibilidade de chamar pessoas para acobertar essas áreas, como no caso do Distrito de Cepilho, onde a população sofre pela falta de agentes comunitários de saúde. Outra questão é as pessoas da melhor idade que precisam fazer o controle de pressão arterial e tem que se deslocar para o

PSF da Jussara, pois tem pessoas que a confidenciaram que não faz o controle pois não tem condições de pagar um transporte para todo mês se deslocar até a Jussara, pois na gestão passada este controle foi feito várias vezes no colégio estadual, só que o local era inconveniente e restrito. Afirmou ter uma demanda muito grande de pessoas da melhor idade que residem na rua Gameleira, rua São José, Germano de Freitas e todos fazem parte da região da Jussara e sentem dificuldades de ir para o posto. Questionou se irá acontecer um posto âncora que é de grande importância para as pessoas. Em relação ao medicamento disse saber das dificuldades financeiras da atual gestão que é enorme, porém não pedimos para adoecer e a doença não deixa para amanhã, por que amanhã vem recurso do governo federal, ou do governo do estado, então providencias tem que ser tomadas ontem, e deve-se pensar seriamente o que irá ser feito para que a farmácia básica não falte medicamento, pois saúde é prioridade. A Secretária informou que estar na administração a dois meses, onde estão em um processo de licitatório, teve que fazer dois tipos de compra, uma licitação com todas as medicações para um ano, dando margem para mais de um ano, para que no início de 2018 não passe por isto, ea lista das medicações emergenciais, que já chegou uma remessa, fora a compra das medicações que foram feitas até mesmo nas farmácias da cidade para cobrir a necessidade de medicação. Disse entender que quando se estar doente se faz necessário um cuidado, porém um cuidado humanizado, que der atenção e solução. Afirmou que para conseguir recurso estar economizando, em outras coisas, por exemplo só quem se alimenta no hospital é quem estar de plantão de 12 ou de 24 horas, e os pacientes se por ventura estiverem internados. Afirmou que tem que economizar pois tudo é recurso público e a mesma estar dando sua contribuição como pode. Em relação aos agentes comunitários se teve uma queda do número ao longo dos anos, pois tinham 64 agentes os quais a mesma foi tutora em cursos,

porem atualmente há um grande número de área descoberta. Que serão chamados os aprovados no concurso público que foi realizado, como não será suficiente para contratar novos terço que fazer no mínimo um processo seletivo, pois o mesmo tem que ter perfil. Em relação ao posto âncora afirmou ter tido uma reunião com o prefeito e o mesmo a deu carta branca para resolver isto. Informou que irá abrir um PSF âncora em Muquém, enquanto concluem a obra que estar parada, assim como também mais irá abrir uma unidade de saúde dentro da cidade, para dividir a unidade da Jussara. Informou que a unidade de saúde de Mata Limpa irá se dividir com Chã de Santo Antônio. A vereadora Ana Paula se pronunciou e informou que vem o valor de R\$10.900 para a farmácia básica para a compra de medicamento que não dar nem para lista da medicação da justiça, tendo que entrar com recurso próprio, porem ninguém fara nada de bom se não tiver dinheiro, tendo que pensar nas prioridades que o município precisa, pois, o recurso que vem não dar. Afirmou que a gestão passada foi muito cobrada e arregaçada. Parabenizou as atitudes que o Sr. Prefeito estar tomando pois se faz necessário para que a população respeite, algo que não aconteceu na gestão passada. Disse ter solicitado um requerimento nesta Casa, para ser reaberto um programa de mais saúde nas comunidades que é a questão das âncoras, pois muitas pessoas moram distantes dos PSFs. Relatou ter uma região chamada Buraco, que o agente de saúde de lá mal vai na casa das pessoas, fica vendendo produtos, foi assim durante a gestão passada, e quem perde são os usuários. Disse que se deixássemos de lado todas as mazelas, picuinhas e politicagem a nossa cidade saberia viver de fato o que é o bem comum. Parabenizou a Secretária e disse que o que a mesma precisar desta Casa para contribuir os vereadores estarão para lhe ajudar. Disse que a Secretária tem uma questão importante e acredita que a mesma irá resolver, pois em relação aos agentes de saúde existe várias áreas descobertas, e existe a questão dos concursados, onde seria necessário

chamar a quantidade necessária que a Secretária informou que seria 16. Dra. Edna informo que essa quantidade é para agente de endemias, porem irão chamar ambos os aprovados no concurso público. Relatou que estar agendada uma reunião no Ministério da Saúde em Brasília para conseguir colocar no mínimo dois agentes de endemias por PSF. A vereadora Nelma Carneiro informou que deste do seu primeiro mandato tem um requerimento que deu entrada nesta casa e foi aprovado por unanimidade solicitando um PSF para a localidade de Pindoba, pois a comunidade sofre muito, tendo que se deslocar até a Usina Santa Maria, e quando chegam geralmente perdem o horário, tendo que vim para cidade. Pediu a Dra. Edna em nome de todos os vereadores, e disse que se nesta gestão a Secretária tiver a possibilidade e oportunidade de levar um PSF para aquela comunidade e se só for isto que a mesma realizar durante toda a gestão, já foi feito muito pelo nosso município. Dra. Edna disse ter começado esta semana um programa novo do ministério da saúde que se chama “o melhor em casa”, levando a tenção especializada a casa das pessoas que estão acamadas ou tem dificuldades de locomoção, esta atenção é formada por uma equipe de multiprofissional (um médico, uma enfermeira, uma nutricionista, uma fisioterapeuta, uma fonoaudióloga, uma psicóloga e três técnicos de enfermagem), para dar um atendimento humanizado e priorizado a população. Em seguida se pronunciou o vereador Luiz Francisco disse que durante a pergunta do vereador Francisco dos Santos, quando o mesmo perguntou sobre a medicação, foi informado que não houve nenhum funcionário que atestasse a quantidade de medicamentos que vinha na nota. A Secretária informou que tem alguns empenhos e notas fiscais que foram atestados, mas tem inúmeros que não foram, pois não foi recebido. O vereador Luiz Francisco disse que outros secretários de saúde estiveram aqui e em uma dessas audiências públicas falaram deste valor de R\$ 10.900 reais, destinado a compra de medicamento para farmácia básica.

Mas a população e o mesmonão entende é que, uma vez que os empenhos que aparece são gigantescos. Relatou que no último quadrimestre de 2012 quando foi feita a transição, o mesmo é testemunha ocular, pois estava presente junto com o antigo gestor e o secretário de saúde na época Dr. José Ronaldo e ao entrar na secretaria de saúde existia muitos medicamentos, todas as farmácias estavam equipadas e o prefeito ainda disse ter nos cofres da prefeitura o valor de R\$ 400.000.00 para comprar medicamento, e este valor foi utilizado para compra de medicamentos durante o ano de 2013, porém nos anos de 2014, 2015 e 2016 essa medicação praticamente acabou. Disse não entender como diz ter R\$ 10.900 para compra de medicamento e ao somar os quatros anos tem uma folha de mais de R\$ 3.000.000.00, porem se somar apenas os 10.900, da quase R\$ 132.000 mês, e R\$ 248.000.00 ano. Afirmou que esta matemática não fecha de forma alguma, porém já tem copias de cheques de compra de medicamento que foi pago dia 31/12/2016, onde entraram com uma demanda imensa mais não tinha medicamento. Informou ter copias de cheques um no valor de R\$ 100.000,00 e outro no valor de R\$ 50.000,00 de compra feita a Lamerd Medicamentos. Afirmou que faltou planejamento, pois se pegar a gestão 2009-2012 e somar o que foi pago de medicamento não chega a R\$ 700.000.00, e tinha medicamento em excesso e na última gestão foi de quase três milhões e não deu para suprir a necessidade da população que estava necessitado. Afirmou que se houver planejamento e se os recursos que foram utilizados poderem ser utilizados novamente tem como ter medicamento para toda a população. Disse acreditar que a compra referida pela Secretária de sete mil e pouco, se passar de oito mil se faz necessário uma licitação, onde a mesma teve que comprar emergencialmente estourando quase os 95% do que se pode usar durante o ano todo. A Secretária informou que existe o pagamento no valor de R\$ 150.000.00 de medicamentos, mais não existe a medicação, justificando a procura nesses

dois meses. O Sr. Presidente disse que durante a explanação da secretaria a mesma mostrou que o governo do estado não cumpriu e questionou se o estado é devedor com o município, por não ter cumprido com sua participação na compra de medicamento. A Secretária informou que em relação ao SAMU, o governo do estado não repassou só para Areia, pois é uma reclamação de todos os municípios. Informo que o governo do estado contemplou Areia com as cirurgias de cataratas. Disse estar com um processo seletivo aberto para o Curso de Educação popular para os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Endemias que é também financiado pelo governo do estado e pela Fiel Cruz, e Areia foi contemplada em sediar este curso. Disse existir alguns pontos que o governo do estado não entrou, mas o mesmo também trabalha em outros pontos a exemplo do carro fumacê que foi a secretaria municipal com o apoio do governo do estado que trouxe. O Sr. Presidente questionou se o governo do estado deixa de cumprir com o SAMU e ao mandar o carro fumacê, o problema estar resolvido. Disse ser importante pois se o mesmo não estar repassando cabe a Câmara cobrar dos deputados estaduais que levaram votos de nossa cidade. A Secretária salientou que o governo trouxe as cirurgias de cataratas. O Sr. Presidente informou que o município de Areia foi pouco contemplado com essas cirurgias. Dra. Edna disse ter feito parte da gerencia de planejamento da secretaria de saúde do estado e articulou essa cirurgia para dar continuidade no município e a cota que tinha não era mais para esta região de saúde, e em conversa com a secretária de saúde do estado na época Dr. Roberta Habá conseguiu trazer essas cirurgias para nosso município, porem teria que atender a demanda dos municípios circunvizinhos. O Sr. Presidente questionou mais uma vez se o governo do estado deve ao município de Areia por não ter repassado verbas que deveria. A Secretária informou que o governo tem a dívida do SAMU, pois não houve repasse. A vereadora Ana Paula questionou de onde estar vindo

o recurso para pagar ao pessoal do SAMU. A Secretária informou que vem do ministério da saúde complementado com os recursos próprios. O Sr. Presidente pediu que quando for inserido os postos ancoras lembrem-se do bairro Frei Damião e finalizou agradecendo a presença da Secretária e de todos. Fim da matéria e não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, autorizando o primeiro Secretário a fazer a lavratura da presente ata que depois de lida, discutida e aprovada, vai devidamente datada e assinada.